

Moçambique: identidades, colonialismo e libertação¹

Jose Luis de Oliveira Cabaço

Resumo Original: A presente tese define-se como uma reflexão acerca das políticas de identidade promovidas pelo estado colonial português e pela Frente de Libertação de Moçambique, com ênfase nos cem anos que antecederam a independência, proclamada em junho de 1975. Procurando uma perspectiva multidisciplinar, a análise é orientada por conceitos que procuram destacar fatores determinantes da concepção de dualismo inerente à situação colonial. A abordagem das várias estratégias culturais a que recorreu a metrópole para sustentar sua “vocação” imperial constitui um dado significativo do trabalho que procurou compreender algumas particularidades do projeto lusitano, com a preocupação de enquadrá-lo num processo mais amplo que não poderia desconsiderar os passos da História no ocidente. Partindo do estudo das duas concepções de assimilação e sua continuidade no luso-tropicalismo (e sua instrumentalização pelo Estado Novo português), a análise focaliza a gênese do nacionalismo e a nova dinâmica que a tática de guerrilha, implementada pela luta de libertação nacional, introduz no território de Moçambique. No que se refere à política de identidade nacional proposta pela FRELIMO, foi privilegiada pela pesquisa a dialética que ela estabelece com as sociedades tradicionais.

¹ Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, FFLCH/USP, 2007.

Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)²

Gabriela Aparecida dos Santos

Essa dissertação tem como proposta analisar o desenvolvimento do colonialismo português, com seus avanços e retrocessos, e entender como a formação de uma ordem política africana, centralizada e autônoma, se contrapôs às iniciativas efetivas de colonização portuguesa no sul de Moçambique em 1895. Após a Conferência de Berlim (1884-1885), acirraram-se as disputas pelos territórios africanos e a posse da província de Moçambique viu-se seriamente ameaçada pelo interesse britânico e por seu projeto expansionista de ligar o Cairo ao Cabo. Nesse contexto, o anseio britânico em anexar o sul de Moçambique, escoadouro natural de toda a produção da África do Sul, nessa época uma colônia inglesa, resultou no envio de representantes ao poder que parecia desafiar e sobrepor ao de Portugal na região – o do Reino de Gaza. Diante da ameaça crescente à posse da província, o governo português reuniu esforços concentrados enviando as tropas encarregadas de subjugar o Reino de Gaza e garantir a ocupação efetiva desse território. A pesquisa percorreu o período entre 1821 e 1897 que, submetido à análise, fornece as bases necessárias à compreensão de como a presença portuguesa passou de acuada a ofensiva e de como o movimento migratório nguni no começo do século XIX gerou um Reino africano soberano capaz de ameaçar a posse de Moçambique por Portugal. O objetivo é compreender como, em conjunto, esses processos desenvolveram-se, modificaram-se mutuamente e engendraram transformações profundas tanto para os projetos portugueses como para as populações africanas dessa área.

Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia³

Cesaltina Cadete Basto de Abreu

A escolha do tema para a tese de doutoramento, a sociedade civil em Angola, surgiu na continuidade da reflexão iniciada no mestrado sobre o conceito de participação em Angola, mais especificamente em áreas de intervenção do Fundo de Apoio Social (FAS) no sudoeste angolano, que combinou pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. As conclusões daquele trabalho sugeriam que, apesar de todos os constrangimentos impostos pelo contexto angolano, particularmente a prolongada guerra civil e a prevalência de um regime político autoritário desde a independência e que pouco se democratizou realmente após as reformas dos anos 90, a centralidade da ideia de participação na construção da filosofia de intervenção do Fundo fez a diferença. O protagonismo reservado às instituições locais no processo de identificação, priorização, execução, funcionamento e manutenção dos projetos comunitários financiados e a criação de interfaces de diálogo e concertação social com outros atores sociais, entre outros fatores, permitiu superar as limitações intrínsecas à intervenção do próprio FAS e os impactos negativos da guerra civil, e teve como efeito o aumento da auto-estima nas comunidades pobres, uma maior visibilidade dos problemas que elas enfrentam e o envolvimento de outros atores sociais na busca de soluções.

A partir destas constatações, impunha-se identificar os caminhos que permitissem aprofundar o conhecimento das representações sociais de atores

³ Tese de doutoramento em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. 251 p. + 38 p. anexo. Mapa.

angolanos, a insatisfação pelo estado das coisas no país, o desencanto em relação aos rumos imprimidos após a independência, a ausência de perspectivas de progresso e bem estar para todos num ambiente de acomodação e respeito pela diversidade cultural de Angola, e também o desejo de inserção nas oportunidades de desenvolvimento global, reivindicando maior inclusão no processo de tomada de decisão e criação de instâncias de participação. Por outro lado, a experiência profissional de três décadas de trabalho em diversos níveis da administração do Estado, das fazendas e comunidades de base ao gabinete do Primeiro Ministro, passando por serviços técnicos do aparelho ministerial e uma instituição pública de financiamento de projetos em comunidades carentes, orientava a procura desses caminhos numa esfera de relações sociais exterior ao aparelho do Estado e ao sistema político, na qual a criatividade e a inovação dos cidadãos e das organizações e grupos por eles criados permitisse vislumbrar saídas para a crise que caracterizou, e ainda caracteriza, a realidade angolana.

A intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)⁴

Tatiana Vargas Maia

A presente pesquisa buscou analisar a intervenção internacional realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Angola entre os anos de 1989 e 1999, enfocando a tentativa desta organização internacional em regular o conflito estabelecido neste país, através da pacificação de seu território e de sua reconciliação nacional. Seu principal objetivo foi o de descrever e avaliar a presença das Nações Unidas em Angola, identificando suas características principais e destacando suas realizações. Para tanto, partiu-se da caracterização das missões de paz da ONU, sua relação com o estabelecimento de projetos de regulação na arena mundial, e a atuação desta organização internacional na África, sobretudo nas unidades estatais fragilizadas existentes neste continente, intituladas, para os fins deste estudo, de quasi-Estados. Em seguida, buscou-se apresentar o caso do conflito angolano, destacando suas principais variáveis, bem como seu desenvolvimento até a chegada dos capacetes azuis em Angola. A seqüência da dissertação contempla as quatro etapas do projeto da ONU em Angola, considerando seu desenvolvimento e analisando suas conquistas e fracassos. A pesquisa foi baseada na análise de documentos publicados pelo principal órgão soberano da ONU, qual seja, o Conselho de Segurança, sobretudo suas resoluções e os relatórios elaborados pelo Secretário-Geral para este órgão. A premissa que conduziu a escolha destes documentos foi a de que tais registros expressam as principais posturas e deci-

⁴ Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. 2006. 230 p.

sões da ONU com relação ao projeto de regulação estabelecido em Angola, revelando decisivamente a atuação desta organização no tocante ao conflito angolano. Assim sendo, uma investigação pontual e minuciosa sobre tais documentos pode revelar características importantes sobre a postura e a conduta de tal organismo no cenário de Angola, bem como sua capacidade e intenções regulatórias para com o mesmo. Os resultados indicam o efetivo estabelecimento pela ONU de um projeto de regulação em Angola, sem que este, entretanto, tenha conseguido concretizar seus principais objetivos. A intervenção da ONU estabelece de fato uma regulação do conflito angolano, mas frustra sua resolução, abandonando, no fim de sua presença neste país, em 1999, os angolanos e sua própria sorte, em pleno momento de retomada da guerra civil.